ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 03/2012/CODIR/IFTO, DE 17 DE MAIO DE 2012.

Ata da Terceira reunião Ordinária de dois mil e doze do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, com as atividades agendadas para os horários de expediente, no período de oito às doze horas e das quatorze às dezoito horas, na sala de reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, situada a Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra duzentos e um Sul, Conjunto um, Lote nove, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, reuniram-se, sob a presidência do Magnífico Reitor, Francisco Nairton do Nascimento, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, composto pelo Reitor, como presidente; pelos Pró-reitores e pelos Diretores Gerais dos *campi* do IFTO. Foi registrada a presença dos seguintes membros: Pró-reitor de Administração, Rodrigo Soares Gori; Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Danilo Gomes Martins; representante do Pró-reitor de Ensino, Débora Maira dos Santos Castro; Pró-reitora de Extensão, Liliane Carvalho Félix Cavalcante; Substituto do Pró-reitor de Pesquisa e Inovação, Kallyana Moraes Carvalho Dominices; Diretor Geral do *campus* Araguatins, Décio Dias dos Reis; Diretor Geral do *campus* Palmas, Octaviano Sidnei Furtado; Diretor Geral Pró-tempore do *campus* Paraíso do Tocantins, Antônio da Luz Júnior; Diretor Geral Pró-tempore do *campus* Araguaína, Ronano Pereira Oliveira; Substituto do Diretor Geral Pró-tempore do *campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra e o Diretor Geral Pró-tempore do *campus* Porto Nacional, Miguel Camargo da Silva. O presidente conferiu o quórum e declarou aberta a reunião iniciando-a com a assinatura da ata anterior, uma vez que a leitura da mesma foi dispensada. Logo após, Elkerlane Martins de Araujo, Coordenadora de Relações e Assuntos Internacionais, apresentou-se e, em seguida falou do programa de apoio aos centros de idiomas do IFTO, da capacitação e formação continuada dos docentes e do apoio aos centros, visto que o mesmo capacita discentes e docentes para o Programa Ciência sem Fronteiras. A coordenadora falou ainda da estrutura e atuação do PACI, da oferta de cursos gratuitos de aperfeiçoamento do idioma e da parceria com a UFT. Esclareceu sobre o Edital específico para docentes que atuam nos centros de intercâmbio e sobre o curso de língua francesa de verão, na Sorbonne durante o mês de julho. Elkerlane enfatizou que o PACI fomentará uma bolsa por campus e que eles deverão ser multiplicadores após o

curso, em cumprimento ao Termo de Compromisso e, que o Campus tem o compromisso de custear as passagens. Ela reiterou ainda que, a Coordenação de Relações Internacionais teria até o final de Maio para realizar as inscrições. E frisou que as cotações de passagens variam em torno de cinco mil reais por pessoa. Em seguida, o presidente deu boas vindas à coordenadora e falou sobre o apoio aos centros de idiomas. Abordou que é preciso que o professor multiplique seus conhecimentos nos campi e sobre a importância do termo de compromisso antes da viagem. Com isso, Elkerlane comentou que quanto à língua francesa, não há professores suficientes. Logo, Marcelo Terra perguntou se poderá ser indicado para o curso de língua francesa os servidores técnicos administrativos. Miguel Camargo falou da implantação do centro de idiomas em Porto Nacional e mencionou que os professores da área não chegam a um consenso quanto à indicação. Seguidamente, a coordenadora esclareceu que o Programa Ciência Sem Fronteira tem uma bibliografia indicada. Em seguida, Nairton explicou que para a Pró-reitoria de Extensão-PROEX auxiliar na indicação de livros, é preciso oficializar por memorando. Elkerlane afirmou que o campus Palmas adotará a bibliografia do Programa Ciência Sem Fronteira, e Octaviano Furtado falou que não há disponibilidade para passagens, e ainda enfatizou que com relação ao cumprimento do termo de compromisso, alguns servidores na hora da execução, alegam que não são concursados para tal área, e que o interessante seria ofertar os cursos básicos. Martins esclareceu que a PROEX não intervirá na indicação, que a mesma auxiliará os campi apenas com o apoio. Nairton falou sobre a situação das passagens, afirmando que é um problema comum entre todos os campi, mas que essa é uma ação necessária e, que é preciso buscar uma saída em conjunto. Na oportunidade, Elkerlane solicitou que os campi envie resposta, via memorando, até o dia vinte e três de maio. Logo após, Antônio da Luz falou sobre a importância de enviar professores para o curso, visto que esta atitude consolida a parceria com a Sorbonne e, que para o instituto pode ser prejudicial perder essa oportunidade. Liliane acrescentou que é importante criar os centros de idiomas, e que quanto ao inglês é possível iniciarem as turmas, mas quanto ao francês ainda há deficiência, e por isso há a necessidade de qualificação dos professores. Seguidamente, Miguel Camargo pediu a confecção de um memorando com os pré-requisitos mínimos e com a data limite. Logo, Gori esclareceu que quanto aos livros, há processo em

andamento. Antônio da Luz questionou se os livros seriam doados pela reitoria e, Nairton ressaltou que, cada campus poderá comprar seus livros e, se no final do ano o orçamento for insuficiente, a reitoria poderá descentralizar verbas. A seguir, Elkerlane explicou que quanto à informação sobre a compra dos livros, ela poderia ter se equivocado, e com isso, o presidente explicou que no momento o IFTO não disponibiliza de registros de preços para livros, mas no final do ano, é possível que seja repassado esse valor como recurso de capital. Em seguida, Liliane solicitou um ambiente em cada campus para instalar o centro de idiomas, composto de um notebook e um Datashow. Octaviano ressaltou que é preciso uniformizar como ocorrerá a disponibilização de equipamentos e, que é preciso esclarecer de quem é o patrimônio e quem o doará. Nairton esclareceu que, não é interessante realizar trocas e empréstimos de materiais permanentes, e em seguida prosseguiu a reunião, o qual repassou os informes gerais falando sobre a ata da reunião de dezesseis de abril, dos professores de educação física e também sobre o JIFTO e JIFTO tecnológico, anunciando as datas prováveis. O presidente esclareceu sobre a capacitação e a aprovação do mestrado em educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e ainda mencionou como será feita a distribuição. Com isso, Kallyana falou sobre a submissão do projeto em Dinter à USP, afirmando que a Capes encerrará o edital no dia vinte e três de maio. Explicou ainda que o projeto em Dinter já passou pelo crivo da USP e pela Capes, e que agora é esperar o resultado sair em julho. O presidente informou sobre a solicitação da Universidade Federal do Tocantins para aproveitamento do concurso do Instituto, com vencimento em três de julho e sobre a Medida Provisória do aumento salarial para docentes. Falou ainda do Ofício do Tribunal de Contas da União – TCU, que trata da implantação dos sistemas de Tecnologia da Informação – TI e, da recomendação do TCU sobre o uso do Gespública. Nascimento comentou também sobre a Previsão da implantação do SIGA ADM ainda este ano, e esclareceu sobre a demanda do Ministério Público referente ao campus Araguaína, que trata sobre o acúmulo de bolsas e horários do PRONATEC. Oportunamente, abordou ainda sobre a reunião do CONIF no dia vinte e três de maio com a pauta: Progressão e Plano de Carreira e esclareceu que o CONIF vai tentar efetuar o pagamento da progressão DI, DIII mesmo com a suspensão de concessão administrativa. Em seguida, Kallyana falou sobre a

pós-graduação Lato Sensu em propriedade intelectual e inovação, esclarecendo que será distribuído cinco kits para cada *campus* e dois para reitoria, e que os critérios ainda estão sendo definidos. E, Nairton falou que, é importante que cada diretor de *campus* participe da indicação do tutor. Logo após, Marcelo Terra falou que o campus Gurupi está sofrendo uma pressão quanto à carga horária de assistente social, visto que o decreto estabelece o direito de trinta horas. Miguel explicou como foi adotado o decreto no campus Porto Nacional, e afirma que como é um direito da classe, o importante é que seja feita uma programação com os servidores para que o setor funcione por doze horas. E aproveitou o momento para sugerir que as empresas parceiras do Instituto, na oferta de estágio aos alunos, recebessem certificados de mérito por atendimento ao estagiário. Logo após, Antônio falou sobre a provável dificuldade em contratação de arbitragem para o JIFTO e questionou sobre a possibilidade de dispensa de licitação em função do prazo. Gori lembrou que esse procedimento pode ser questionado pela Controladoria Geral da União – CGU. Dessa forma, Antônio comentou sobre a dificuldade do IFRR em sediar os jogos regionais da região norte e solicitou o adiamento do JIFTO e o apoio da PROAD. Décio sugeriu que os diretores uniformizassem a fonte para pagamento das bolsas para os jogos. Gori explicou que a diária seria uma saída, mas afirmou que não há margem, e que no momento a melhor alternativa é a de assistência ao educando. Ressaltou ainda que, é importante unificar o procedimento e melhorar o regulamento. Décio falou sobre a necessidade de regularizar esse procedimento e Gori sugeriu a inserção de um artigo sobre os casos omissos no regulamento de assistência ao educando. Octaviano explicou que talvez esse caráter discriminatório não seja bem visto pelo setor de assistência ao educando. Logo, Nairton explicou que a fonte poderia ser recursos de custeio do campus, e Ronano socializou uma problemática do campus Araguaína, o qual contou que buscaram parcerias com os municípios na oferta de estágio, mas que era preciso pagar diárias e passagens, e a ideia era custear com a assistência ao educando. Dessa forma, Nairton sugeriu que o regulamento passasse pela procuradoria e Liliane ratificou a sugestão. Rodrigo ressaltou que é importante definir qual o objetivo do regulamento, se é para toda a assistência ao educando ou somente ao PNAE. Octaviano lembrou que a instrução normativa trata somente do PNAE e ressaltou que é necessário direcionar que é recurso do PNAE no caput

que trata dos recursos de assistência ao educando por meio do referido programa, para assegurar os gestores. Ronano questionou qual será a justificativa para alunos fora da vulnerabilidade social, e Nairton explicou que nestes casos poderá ser pago com o custeio do campus. Prosseguindo a reunião, Gori falou sobre o pagamento para o Fórum Mundial, afirmando que será descentralizado, setecentos e cinquenta e dois reais por estudantes. Octaviano questionou sobre o número limite de servidores do IFTO no evento, e Gori esclareceu que, acima de dez servidores deve ser redigida uma portaria autorizando diárias e passagens. Octaviano explicou os critérios que adotou no Campus Palmas, e falou sobre o planejamento, equipe da gestão e sobre quem apresentará trabalho. Ele explicou ainda que foram realizadas dezoito solicitações, e que o pagamento de diária seria feito para o dia da apresentação, além do deslocamento. A seguir, Octaviano colocou um ponto para reflexão do CODIR, e abordou sobre o fortalecimento do NAPNE. Acrescentou que é preciso partir para execução agora, já que existem estudantes com deficiência que necessitam de atendimento especial, e que é preciso ter alguém, um instrumento, para fazer o levantamento prévio do ingresso destes alunos na instituição. Em seguida, Maria Edileuza falou sobre a publicação do edital por permuta no dia dezenove de maio e sobre o resultado final previsto para vinte e dois de junho. Ela lembrou ainda da necessidade de realização dos exames periódicos que a instituição é obrigada por lei a oferecer, e que está sendo discutido isso no projeto voltado aos servidores, assim como a realização de exames complementares para alguns cargos específicos. Edileuza explicou ainda sobre a proposta do projeto qualidade de vida e valorização do servidor público, elencando em seguida os principais pontos, as diretrizes e os objetivos, com foco na melhoria da qualidade de vida dos servidores e estagiários. A diretora falou ainda da metodologia com execução em cada campus, abrangendo quatro vertentes: Saúde, Motivação, Lazer e Social e Meio Ambiente. Acrescentou sobre os benefícios do programa a ser desenvolvido em dois mil e doze e dois mil e treze, além de questionar aos presentes sobre a sua viabilidade. Ela explicou que o projeto iniciaria com a ginástica laboral e as orientações sobre as aposentadorias. Assim, foi proposto uma reunião de criação de um fórum multicampi, com quatro a cinco servidores por campus com um encontro de dois dias. Octaviano sugeriu que ao invés de campus fosse acrescentado unidade e, que para

implementar seria interessante fracionar as atividades. Miguel socializou uma experiência em Cuiabá, o qual mencionou sobre uma área de lazer para servidores e familiares, deixando claro que é um projeto de longo prazo. E ainda abordou sobre a possiblidade de criação de mecanismos para permanência do servidor no campus. Com isso, Nairton abordou sobre um plano de trabalho para saúde do servidor, sobre a importância da implementação do projeto e sugeriu que para cortar custos os presentes começassem a pensar na utilização da web conferência. Octaviano reiterou a importância da implementação, e disse ainda que dentro da execução orçamentaria é preciso incluir o projeto. Edileuza explicou que as parcerias serão indispensáveis para realização do mesmo. Nairton lembrou que o importante é convidar a todos e dar o pontapé inicial, e Odélio sugeriu novas ações, tais como: caminhadas monitoradas e medição de glicose e colesterol, assim como a inclusão nos projetos de extensão a criação de um grupo de pesquisa. Logo, passou-se para o próximo ponto da pauta, onde Edileuza apresentou o projeto de especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, como área de conhecimento: Ciências Humanas, subárea: Educação. Iniciou falando dos objetivos, dos requisitos e do número de vagas, sendo elas cinquenta, na qual seria trinta e sete vagas para servidores do IFTO e treze para comunidade. Frisou os critérios de inscrição e seleção, caso a inserção seja por sorteio e ainda esclareceu sobre a proposta da matriz curricular pessoal, docente e técnico, como também falou que não sabe sobre a fonte, sobre as bolsas para o corpo administrativo e nem sobre o deslocamento para os encontros presenciais. Edileuza comentou sobre os valores para execução de especialização, sendo que o mesmo terá um total de noventa e dois mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos. Nairton esclareceu sobre a demanda do MP para curso de especialização em gestão pública na modalidade a distância. Falou sobre as necessidades do IFTO, e sobre a possibilidade de oferecer via Universidade Aberta do Brasil (UAB) e, que seria interessante trabalhar na modalidade à distância. Ele ressaltou que a proposta é válida, e que é preciso iniciar logo, pois foi um compromisso da gestão. Nascimento esclareceu ainda que se não for possível ofertar a distancia, que o mesmo pode ser ofertado via presencial, sendo necessário o plano de curso para protocolar na CAPES. Antônio reiterou que ser for a distancia, é possível aumentar o número de vagas, mesmo que

cada campus arque com o seu tutor. Nascimento acrescentou sobre a possibilidade de ofertar com a CAPES via UAB e lembrou que com a vinda da EAD pra a reitoria, podemos passar a responsabilidade para esse setor. Liliane sugeriu que o IFTO entrasse em contato com a CAPES, pois o curso de graduação e especialização em Gestão Pública já existe pela UAB, e que a execução do mesmo projeto poderia ser solicitada. Retornando no período da tarde, Liliane informou que durante reunião com a Pró-reitoria de pesquisa, Pró-reitoria de extensão e EAD foi discutido sobre a Instrução Normativa que trata sobre a percepção de bolsas para diversas fontes de fomento, sendo um regulamento para ser vinculado como Instrução Normativa, e que neste venha especificando os tipos de bolsas e a percepção de bolsas concedidas a servidores, além dos valores que serão estipulados com base em valores do CNPq e seus critérios. Além disso, Liliane falou ainda das autorizações e aprovações para concessão das bolsas, com a vedação de mais de uma bolsa para ocupantes de cargo de direção no serviço público. Professor Marcelo questionou sobre a legalidade para a não percepção de bolsas aos servidores em cargo de direção. Prontamente Nairton explicou que a vedação para percepção de bolsas para cargo de direção foi uma sugestão da procuradoria, e, além disso, o regulamento visa diminuir problemas em relação ao acúmulo de bolsas. Com a palavra, professor Antônio falou sobre o fomento externo de bolsas de pesquisa, visto que estes pesquisadores não tem carga horária mínima semanal, e a prestação de contas é o resultado final da pesquisa. Maria Edileuza explicou que professores com Dedicação Exclusiva só podem concorrer às bolsas com a autorização da direção. Em seguida, Professor Marcelo falou sobre uma realidade do Campus Gurupi relacionada aos profissionais que aturarão no PRONATEC. Com isso, Liliane relatou que a declaração visa à exclusão de acúmulo de trabalho formal e bolsas. Disse ainda que, esta declaração é para resguardar o Instituto, a administração pública. Liliane esclareceu que a Declaração de comprovação de compatibilidade de horários para fim de percepção de bolsas do Pronatec, deverá ser preenchida por servidores que percebem as bolsas. Logo, Antônio da Luz comentou que receber a bolsa do CNPQ e FAPT não tem problema. Dessa forma, Marcelo explicou como funciona a bolsa de produtividade do CNPQ e Octaviano esclareceu que a atividade de ensino e extensão devem ter horários comprovados, já que a pesquisa tem horários mais flexíveis. Seguidamente, o presidente

explicou que estão regulamentando as bolsas com fomento do IFTO, FNDE, PRONATEC e EAD. Falou ainda que, as bolsas do CNPQ, CAPES e FAPT poderão ser concedidas a servidores em cargos de direção. Em seguida, Madson explicou como funciona o gerenciamento de bolsas do MEC e, Octaviano indagou sobre o limite de valor. Após, Nairton explicou que a indexação pelo CNPQ foi recomendação da Procuradoria. No entanto, Antônio sugeriu alterações no artigo treze, onde o acúmulo de bolsas pode ser somado com as bolsas de pesquisa, totalizando sessenta horas. Nairton informou que será feita uma Portaria Normativa, que depois será transformada em IN e levada para apreciação do Conselho Superior e em seguida sugeriu que incluísse no Artigo treze, no capítulo sobre percepção de bolsas, um parágrafo discriminando que o ordenamento da despesa e o início do curso, precisará da autorização do Diretor Geral da Unidade e/ou Reitor. Logo após, Antônio fez uma critica com relação à execução do PRONATEC, em função das alterações dos planos de trabalho. Falou que, do modo como está, se faltar um curso ou quantitativo de alunos, faltará recursos. Nairton explicou que a hora/aula por aluno é nove reais e Lucimar esclareceu a situação do Campus Paraíso do Tocantins, visto que querem tentar trabalhar com o mínimo de curso possível. Ela afirmou que se o curso não ocorrer, não haverá recurso, e que foi feita uma reunião como todos os campi para elaboração do edital. Com isso, Nairton falou que cada curso deveria ser sustentável, que o curso deve se pagar sozinho, sugerindo então que, os cursos só continuem se eles forem alto suficientes. Na oportunidade, Miguel abordou a dificuldade para estabelecer os critérios para pagamento de energia e com isso, Rodrigo Gori, enfatizou que a rubrica trinta e três, noventa, trinta e nove oferece essa possibilidade de efetuar o pagamento da energia. Octaviano ressaltou a falta de comunicação entre os diretores e os coordenadores adjuntos, visto que os coordenadores adjuntos não estão repassando as informações. Dessa forma, o reitor recomendou que o trabalho entre o Diretor Geral e o coordenador adjunto seja articulado. Logo, Ronano fez questionamento sobre as mudanças ocorridas entre dois mil e onze e dos mil e doze. Prontamente Lucimar explicou como está funcionando o segundo ciclo, e esclareceu que a demanda foi trazida pelos coordenadores adjuntos dos campi e, que o seletivo já está em andamento e precisa selecionar os profissionais ainda esse mês. Assim, Antônio solicitou que quando for deliberado algo no Colégio de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 03/2012/CODIR/IFTO, DE 17 DE MAIO DE 2012.

Dirigentes que não seja mudado. Logo, Nairton esclareceu que cada diretor tem autonomia para definir os critérios da seleção de bolsas profissionais, prevista para vinte e dois de maio. Edileuza fez algumas recomendações aos diretores quanto às frequências dos docentes, e solicitou colaboração dos gestores para esse gerenciamento. A diretora fez um apelo para que os Diretores-gerais trabalhem articulado com os setores de gestão de pessoas. Ela prosseguiu falando sobre o seminário de Gestão de Pessoas para capacitação e interação entre os servidores. Falou ainda da justificativa, do público-alvo, do servidor de área de gestão de pessoas, das datas sugeridas, que seria de vinte e sete de junho a vinte e nove de junho em Araguatins, além do conteúdo programático. Maria Edileuza declarou o valor do seminário para o IFTO, que teria um total de onze mil e trezentos e vinte reais. A seguir, Gori solicitou que o pedido seja feito com antecedência, para reservar o micro-ônibus. Nairton sugeriu que os servidores ficassem no alojamento do campus, o que dá direito aos servidores a meia diária. Décio disse que o campus Araguatins está de portas abertas para realização do evento. Octaviano questionou sobre banco de equilíbrio se foi atualizado e Edileuza explicou que depois do concurso deste ano, ele será atualizado. Logo após, Gori falou sobre as diárias e passagens, ele também fez uma breve explicação sobre os processos abertos no IFTO, e solicitou em seguida que todos fiquem atentos com os vencimentos dos processos. Octaviano falou sobre a manutenção de ar condicionado, e Gori afirmou que será instruído outro processo, e discorreu sobre os limites do IFTO para diárias e passagens, sobre a portaria do MEC número trezentos e sessenta e dois, de dez de abril de dois mil e doze e sobre o valor de um milhão, duzentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e seis reais. Discorreu ainda sobre a diferença de Cento e treze mil, setecentos e trinta e seis reais, além da divisão linear ou pela matriz. Nairton relatou que a divisão proporcional é mais justa. Octaviano concordou com a divisão proporcional de vinte e quatro por cento para Araguatins, dez por cento para Paraíso do TO, oito por cento para Araguaína, sete por cento para Gurupi e Porto nacional, doze por cento para reitoria e trinta por cento para Palmas. Antônio propôs uma divisão posteriormente. Nairton sugeriu que fosse dividido logo, defendendo a proposta de divisão proporcional. Em seguida, levou a votação, sendo que a divisão proporcional recebeu seis votos, a Linear quatro votos e dois absteram-se. Octaviano solicitou que fosse registrado em

ata, que se os demais campi precisassem, o campus Palmas está à disposição. Décio reiterou que o campus Araguatins também está a disposição. Gori esclareceu sobre EAD e o PRONATEC, esclarecendo que em ambos poderiam ser utilizados os processos já abertos, e em seguida abordou sobre os critérios da matriz orçamentaria de dois mil e treze. Explicou como é realizada, das composições e funcionamento do segundo semestre de dois mil e onze, do primeiro semestre de dois mil e doze, e que os dados são extraídos do Sistec. Disse ainda que, geralmente a extração é feita na segunda quinzena de junho, e que os critérios para os campi antes da expansão levava apenas os números de matriculas totais, já para a pré-expansão e expansão, leva o piso mais o número de matrículas totais. Esclareceu que para a Reitoria considera o piso mais um complemento por número de matrículas totais, e que a Reitoria ainda considera o piso mais complemento por número de campus e, que até o momento a matriz para pesquisa e extensão será linear. Explicou que a EAD é formada por setenta por cento das matrículas totais, e que trinta por cento será linear. Octaviano indagou sobre o incremento, e Gori explicou que estão tentando jogar um índice de doze por cento para superar a inflação, mais é somente uma proposta. Nairton falou que o CONIF está revendo junto ao MEC sobre os investimentos para infraestrutura. Gori esclareceu que a discussão foi devido alguns *campi* estarem completando cinco anos, e com isso, foi sugerido que eles saíssem de expansão para pré-expansão. Disse ainda que, quanto à necessidade de parecer jurídico para dispensa de licitação, a CGU em nota técnica cita que o parecer pode ser dispensado, conforme assessoria jurídica, e que a Procuradoria deverá emitir uma nota conjunta. Dessa forma, o reitor reiterou que cerca de quatro meses solicitou uma análise das ações, acrescentou ainda que ele está terminando de fazer uma avaliação, e que é preciso fazer um sistema de avaliação eletrônica para acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações. Mencionou ainda sobre a visita a Assembleia Legislativa (AL), e da solicitação que fez aos Diretores Gerais, para encaminharem as demandas dos campi, para que as mesmas fossem encaminhadas em um único documento à Casa de Leis. Destacou o caráter positivo da visita e sugeriu que, para a apresentação em plenária, cada campus apresentasse entre dois ou três slides. Além disso, falou ainda sobre a importância de implantação do Siga EDU, mas, que é preciso aperfeiçoar as ações. Octaviano reiterou que a ausência de um sistema

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 03/2012/CODIR/IFTO, DE 17 DE MAIO DE 2012.

acadêmico tira a credibilidade, sendo a implantação do Siga EDU urgente. Com isso, Nairton falou que foi feita uma apresentação do sistema, e que as matriculas do segundo semestre devem ser feitas pelo Siga EDU, a título de experimentação. Ele explicou que para licitar outro sistema, é importante registrar todas as falhas e ineficácia do Siga EDU, para embasar a contratação de outro sistema. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Colégio de Dirigentes, Francisco Nairton do Nascimento, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e Eu, Maiara Sobral Silva, Secretária do Colégio de Dirigentes *Ad Hoc*, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Colégio de Dirigentes do IFTO.

NOME	ASSINATURA
Francisco Nairton do Nascimento Reitor	
Maiara Sobral Silva Secretária *Ad Hoc* do CODIR	Maiara Sobral Silva
Rodrigo Soares Gori Pró-reitor de Administração	
Danilo Gomes Martins Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	
Ovídio Ricardo Dantas Junior Pró-reitor de Ensino	
Liliane Carvalho Félix Cavalcante Pró-reitora de Extensão	Liliane C. F. Cavalcante
Augusto Cesar dos Santos Pró-reitor de Pesquisa e Inovação	Kallyana Moraes C. Dominices
Décio Dias dos Reis Diretor Geral do *Campus* Araguatins	
Octaviano Sidnei Furtado Diretor Geral do *Campus* Palmas	
Antonio da Luz Júnior Diretor Geral Pró-Tempore do *Campus* Paraíso do Tocantins	
Ronano Pereira Oliveira Diretor Geral Pró-Tempore *Campus* Araguaína	Ronano Oliveira
Paulo da Silva Paz Neto Diretor Geral Pró-Tempore do *Campus* Gurupi	
Miguel Camargo da Silva Diretor Geral Pró-Tempore do *Campus* Porto Nacional	